

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR avança sobre aposentados..... 3

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A importância do Refis para micros e pequenas empresas (Artigo)..... 5

PORTAL UOL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Servidores do Banco Central fazem paralisação de 4h por reajuste..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça manda suspender greve de peritos do INSS..... 7

ZERO HORA - RS - INFORME ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência complementar é desafio para prefeituras - INFORME ESPECIAL..... 8

ALÔ BRASÍLIA - DF - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS autoriza avaliação por videoconferência..... 10

FOLHA ONLINE - SP - AGROFOLHA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo busca R\$ 3,1 bi no Orçamento para bancar subsídio do Plano Safra..... 11

ZERO HORA - RS - ZERO HORA
SERVIDOR PÚBLICO

1,8 milhão receberam ajuda de forma irregular..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária por mais igualdade deve ser carro-chefe de pacto para a maioria (Artigo)
..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração dos combustíveis pode atrasar corte do IPI..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Berriel, só deterioração fiscal leva juro acima de 12,25%..... 17

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Redução das desigualdades sociais (Artigo)..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Congresso adia avaliação de vetos polêmicos..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC alerta para risco inflacionário de PECs..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Flávio apoia proposta "kamikaze"	23
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
É preciso ter responsabilidade (Editorial)	24
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Em ata de recados", BC alerta para efeitos inflacionários de PECs	25
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Bolsonaro já infecta 2023 (Artigo)	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Camicase é a política do governo, diz senador	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Após ata do BC, mercado já prevê Selic a 12,25% e fim de altas só em maio	30
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Risco fiscal faz mercado subir previsão de juro	31
CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Devagar com o andor - RAUL VELLOSO	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Mais de um terço dos gastos da baixa renda vai para supermercado	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Bradesco lucra R\$ 26,2 bi em 2021, alta de 35%	36
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
O componente político da inflação (Editorial)	37
O ESTADO DE S. PAULO - PARA FECHAR... ECONOMIA	
Natal: engenharia reforma casas de famílias pobres	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Contra a inflação, BC está a cada dia mais isolado	40
O ESTADO DE S. PAULO - MOBILIDADE ECONOMIA	
Não olhe para cima (Artigo)	42
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Brasil corre risco de isolamento na OIT	44
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
No NE, Bolsonaro tenta explicar uso de termo pejorativo	45

IR avança sobre aposentados

Fernanda Strickland

Parte do reajuste das aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) está sendo engolida pelo Imposto de Renda (IR), cuja tabela não é corrigida desde 2015. Desde o início de fevereiro, aposentados e pensionistas começaram a receber a correção de 10,16%, equivalente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2021, o que os deixou animados. Mas, ao conferirem os depósitos em conta-corrente, perceberam que parte do reajuste foi "comido" pelo IR.

Isso ocorreu porque, com a correção do valor dos benefícios, muitos segurados foram empurrados para faixas mais altas de tributação na tabela do IR. Foi o que aconteceu com o aposentado Lúcio Gonçalves. "O aumento no IR de dezembro de 2021 para janeiro de 2022, no meu contracheque, foi de 22,62%. No final, eu só recebi reajuste de 8,41% em vez dos 10,16%", disse.

O mesmo aconteceu com Márcio Santos, que também percebeu, ao olhar o comprovante de pagamento, que sua aposentadoria estava desfalcada. Ao fazer as contas para entender o que estava acontecendo, ele observou que o IR aumentou 52,43% de dezembro para janeiro - deixando, assim, o reajuste em 8,23%. Ou seja, ambos os aposentados tiveram um "confisco" de cerca de 20% do reajuste prometido, mesmo que a correção de 10,16% aplicada ao valor bruto dos benefícios tenha apenas repostado a perda causada pela **inflação**, sem representar aumento real.

Lúcio Gonçalves tem um motivo adicional de queixa, pois teria direito a isenção do IR. "Fui aposentado por invalidez, por sofrer de insuficiência cardíaca considerada grave", disse. A cardiopatia é uma das doenças listadas no artigo 6º da Lei 7.713/88 como condição para que os aposentados sejam dispensados de recolher o imposto.

Segundo Gonçalves, na perícia feita à época da concessão do benefício foram apresentados laudos médicos e exames para a aposentadoria ser liberada. Após atestada a gravidade da doença, a aposentadoria foi concedida em 22 de maio de 2019.

Em 1º de agosto de 2019, ele entrou com um requerimento para obter a isenção do IR a. "Em 17 de dezembro de 2020, o perito recusou o pedido, alegando que a doença - cardiopatia não se enquadra no dispositivo da Lei 7713/88 que trata das doenças

que dão direito à isenção do IR", explicou. "Os exames apresentados na perícia, foram os mesmos enviados com a solicitação de isenção do IR", detalhou.

Os aposentados do **INSS** afirmam se sentir enganados pelo governo. O presidente Jair Bolsonaro havia prometido corrigir a tabela do IR e aumentar a faixa de isenção dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 5 mil. Mas isso não aconteceu em quase quatro anos de mandato. De acordo com os cálculos da Unafisco Nacional, a associação dos auditores-fiscais da Receita, ao não corrigir a tabela do Imposto de Renda, o governo "confiscará" cerca de R\$ 48 bilhões de trabalhadores e aposentados neste ano por meio da tributação de seus rendimentos.

A advogada Gabriela Sabino Pinho, especialista em direito previdenciário, explica que a tabela do IR é definida pela **Receita Federal** e aplicada por faixas de renda. Rendimentos até 1.903,98 são isentos do desconto de IR. Os valores acima desse vão se encaixando, quebrando a aposentadoria em vários pedaços. No fim, o somatório da tributação aplicada em cada faixa resulta na alíquota efetiva paga pelo contribuinte.

Arrecadação

Porém, como a tabela não é reajustada há anos, à medida que o valor do benefício ganha alguma aumento, a isenção passa a não existir para determinadas faixas de renda ou a tributação como um todo cresce. "Assim, o aumento real, o líquido que o aposentado e pensionista receberá no final, será inferior ao reajuste dos benefícios", afirmou.

A contadora Adriana R. Alcazar, sócia-diretora da Seteco Consultoria Contábil, reforça: "Confirma-se o efeito negativo da defasagem da tabela do Imposto de Renda. O congelamento da tabela afeta diretamente o bolso da população, pois a tributação não acompanha os reajustes do salário mínimo há seis anos", disse. Segundo ela, ano após ano aumentando a arrecadação, "o governo não demonstra interesse em atualizar as faixas de dedução e, se isso for feito, provavelmente, não haverá correção retroativa", comentou.

Procurada, a **Receita Federal** disse informações a respeito do Imposto de Renda 2022 serão divulgadas em coletiva de imprensa ainda a ser anunciada. Já o **INSS** não se pronunciou até o fechamento desta edição.

Mão grande

Congelamento da tabela do Imposto de Renda provoca aumento no valor do tributo pago por aposentados, engole parte do reajuste de 10,16% e diminui o poder real de compra dos benefícios

Sem atualização desde 2015

Tabela de recolhimentos do Imposto de Renda

Rendimento	Alíquota
Até R\$ 1.903,98	Isento
De R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65	7,5%
De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05	15%
De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68	22,5%
Acima de R\$ 4.664,68	27,5%

Artifício do Leão

Sem a atualização da tabela, arrecadação do IR cresce, e benefícios do INSS perdem para a inflação, mesmo com a correção do valor pelo INPC

Exemplo:

Valor da aposentadoria

Dez/21	R\$ 5.739,05	10,16% de reajuste (INPC de 2021)
Jan/22	R\$ 6.322,13	

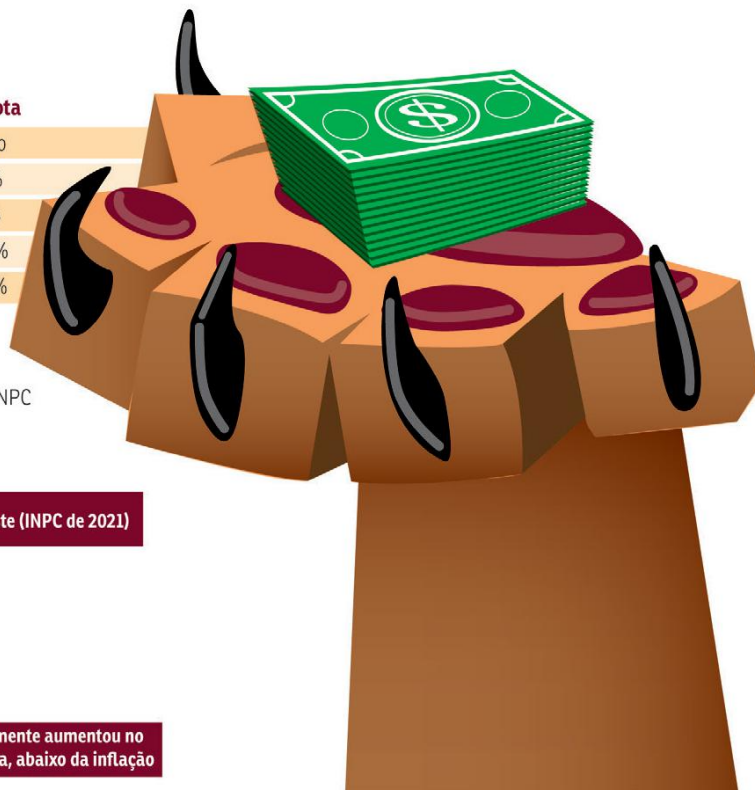
Imposto de Renda

Dez/21	R\$ 708,87	22,62% de aumento do IR
Jan/22	R\$ 869,22	

Líquido

Dez/21	R\$ 5.030,18	8,41% é o que efetivamente aumentou no valor da aposentadoria, abaixo da inflação
Jan/22	R\$ 5.452,91	

Fontes: Receita Federal e contracheque real de aposentado



A importância do Refis para micros e pequenas empresas (Artigo)

Nas últimas semanas, o Refis para micros e pequenas empresas, conhecido como projeto de lei 46/2021, foi pauta de inúmeras discussões entre lideranças empresariais, parlamentares e membros do governo. Torna-se fundamental o parcelamento de débitos tributários para essa que é a mais importante camada empresarial do país. Após dois anos de pandemia, é preciso apoio para seguir em atividade e gerar empregos. De acordo com estudos do Sebrae e da Fundação Getúlio Vargas, são 66% das micros e pequenas empresas endividadadas e 28% inadimplentes, o que compromete operação e futuro desses negócios. Nesse sentido, o Refis é o remédio mais adequado.

Em tempos de **inflação** e consumo reprimido, as empresas estão com fluxo de caixa totalmente descompassado. Com isso, o Refis surge como única alternativa efetiva por parte da **Receita Federal** para evitar a falência de micros e pequenas. Porém, para que a medida tenha sucesso, é importante abranger todos os débitos do Simples Nacional, ou seja, na **Receita Federal** e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Caso contrário, uma boa fatia de empresas ficará de fora. O prazo de 180 meses (15 anos), com entrada também facilitada em oito parcelas, dá fôlego para diminuir os impactos nos últimos dois anos.

Segundo o levantamento do Sebrae/FGV, aproximadamente 1,8 milhão de empresas já estavam inscritas na dívida ativa da União por débitos do Simples. O total das dívidas chega a expressivos R\$ 137,2 bilhões. Não é possível fazer vistas grossas para um dado tão significativo, não só do ponto de vista econômico, mas também social. Afinal, estamos falando de incontáveis postos de trabalho em todo o Brasil.

Embora seja verdade que alguns segmentos da economia se aqueceram em tempos de coronavírus, a maioria foi afetada negativamente. A situação foi agravada devido à falta de capital de giro, pela falta de acesso a financiamentos bancários e pela burocracia nos órgãos públicos. Isso levou milhares de empresários a encerrar suas atividades. Até mesmo setores de consumo de necessidade básica estão sentindo o efeito.

Já houve avanços, mas os governos federal, estaduais e municipais precisam levar o discurso para a prática.

Devem dar mais atenção à desburocratização e à renovação de alvarás (há prefeituras que levam meses), por exemplo. Quanto ao governo do Estado, aqui do Rio Grande do Sul, em tempos de Covid-19, não houve criação de Refis. Está aí uma pauta para se debater em um ano eleitoral.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-7a55fb8503583f7451544623e3f75f93.pdf

Servidores do Banco Central fazem paralisação de 4h por reajuste

Do UOL, em São Paulo

Servidores do BC (Banco Central) realizam hoje uma paralisação, entre as 8h e as 12h, por reajuste salarial. Segundo Fábio Faiad, presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), o ato é de advertência. Serviços essenciais não deixarão de ser realizados, mas pode haver atrasos no atendimento ao público e na prestação de algumas informações.

A paralisação foi aprovada pelos servidores na semana passada, em assembleia da categoria. Em seu site, o Sinal orienta aos funcionários que desejarem aderir à paralisação que desliguem seus computadores e participem de um evento virtual no mesmo horário. O movimento também inclui o envio de e-mails ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Os servidores pedem a concessão de reajuste salarial. Segundo o Sinal, a perda acumulada pela inflação já soma 26,3 salários entre agosto de 2010 e outubro de 2021. Eles também demandam a reestruturação da carreira de analistas e técnicos.

A mobilização tomou forma depois que o Congresso aprovou o Orçamento de 2022 com R\$ 1,7 bilhão destinado a reajustes ao funcionalismo. O montante foi separado a partir de articulação do próprio governo de Jair Bolsonaro (PL), mas deve ser destinado apenas a policiais federais, policiais rodoviários federais e servidores do Depen (Departamento Penitenciário Nacional).

Em janeiro, Bolsonaro sancionou o Orçamento mantendo a reserva do dinheiro para o reajuste. A medida, porém, ainda não começou a valer, pois depende de atos do próprio governo.

Outras categorias do funcionalismo também organizam protestos. Peritos médicos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) paralisam suas atividades desde ontem. Com isso, até 50 mil perícias médicas do INSS devem ser afetadas.

Na Receita Federal, servidores entregaram cargos de chefia e renunciaram a seus postos no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), uma espécie de tribunal para processos relacionados

a questões tributárias e aduaneiras.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/09/banco-central-bc-paralisacao-servidores.htm>

Justiça manda suspender greve de peritos do INSS



O frentista Edinilson Oliveira Aguiar, 38, que foi atropelado e não conseguiu fazer perícia em SP Ronny Santos/Folhapress

Suzana Petropouleas

OSTJ (Superior Tribunal de Justiça) determinou a suspensão da paralisação dos peritos médicos do **INSS** que começou nesta terça (8) e iria até esta quarta (9).

O pedido de ação inibitória de greve foi feito pela União sob o argumento de abusividade do movimento e ausência da disponibilização do percentual mínimo de servidores para garantir a continuidade do serviço público, com prejuízo dos segurados e impacto em mais de 59 mil perícias agendadas.

Quase metade dos peritos aderiu à greve nesta terça (45%), o que corresponde a 1.057. Desse total, um terço dos profissionais (15%) apresentou atestado médico. Na semana passada, no primeiro dia de paralisações, 52% participaram da mobilização, dos quais 22% estavam de licença com atestado.

A Folha entrou em contato com a ANMP (Associação Nacional dos Médicos Peritos) e o **INSS**, mas não obteve resposta até a publicação deste texto.

Segundo a ANMP, a paralisação é feita após tentativas frustradas de negociação com o Ministério do Trabalho e Previdência. A principal demanda é a realização de encontro presencial com o ministro Onyx Lorenzoni para discussão de temas como reajuste

salarial de cerca de 20%.

As perícias do **INSS** são exigidas para benefícios como auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadorias por incapacidade permanente ou para pessoa com deficiência e BPC (Benefício de Prestação Continuada) para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social. Cerca de 65% dos benefícios concedidos pelo órgão passam pelo crivo dos peritos, segundo Rômulo Saraiva, advogado e colunista da Folha.

Nesta terça, na agência do Glicério, região central de São Paulo, as perícias afetadas pela paralisação foram remarçadas para cerca de duas semanas depois. Foi a segunda vez que o frentista Edinilson Oliveira Aguiar, 38, tentou realizá-la sua, após ser atropelado na véspera do Natal.

Na primeira tentativa, marcada para 21 de janeiro, seu médico não compareceu por motivo de saúde, diz ele. Nesta terça, caminhando com auxílio de muletas, Edinilson voltou para casa novamente sem ser examinado. A perícia foi remarcada para dia 22 de fevereiro. Até lá, o frentista segue sem renda e sem o atendimento exigido para a concessão do auxílio-doença.

"É um descaso. Só fui informado da greve quando cheguei ao local" Suzana Petropouleas

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

16

Previdência complementar é desafio para prefeituras - INFORME ESPECIAL

JULIANA BUBLITZ

Está chegando ao fim o prazo para que municípios e Estados criem planos de **previdência complementar** para os senadores. O governo gaúcho já adota a medida desde 2016, com o RS-Prev, mas, entre as prefeituras, bater a meta é um desafio.

O tema merece atenção, porque as gestões que desrespeitam a norma - definida na reforma da Previdência, em 2019 - poderão perder verbas federais. Além disso, a aposentadoria complementar é uma forma de conter déficits e garantir sustentabilidade ao sistema.

A modalidade atende aos servidores que ganham acima do teto do **INSS** (R\$ 7.087,22). Eles passam a contribuir à parte para ampliar o benefício, reduzindo a carga sobre as contas públicas. Na prática, sobra mais dinheiro para áreas como saúde, segurança e educação.

Até janeiro, segundo dados do governo federal, 195 (59%) das 330 prefeituras gaúchas com regimes próprios haviam aprovado leis instituindo a medida. O prazo se esgota em 31 de março.

Diretor da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp), Rodrigo Sisnandes Pereira prevê uma corrida contra o tempo nas próximas semanas.

- Inicialmente, havia um prazo de dois anos para a adequação, mas houve uma eleição municipal no meio, que acabou atrasando as coisas. Depois, a data foi prorrogada, mas a gente percebe que muitos gestores ainda têm dúvidas sobre o assunto e enfrentam dificuldades - alerta Pereira, presidente da Fundação Família Previdência (FFP).

Ataque hacker Segundo a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), o ataque cibernético que tirou do ar sites do governo do Rio Grande do Sul, ontem, não prejudicou a arrecadação.

Embora a página da Sefaz tenha "caído", o titular da pasta, Marco Aurélio Cardoso, e o chefe da Receita, Ricardo Pereira, informam que os serviços internos "funcionaram normalmente" e que "não foram relatadas falhas no pagamento de **impostos**, pois os

mesmos são efetuados junto aos bancos".

Jogos de azar O projeto de lei que pretende legalizar os jogos de azar no país sob a justificativa de alavancar a arrecadação federal segue causando polêmica. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou nota repudiando a medida, classificada como "lamentável". Por razões "éticas e evangélicas", a entidade diz que é contrária à proposta por entender que "o jogo de azar traz consigo irreparáveis prejuízos morais, sociais e, particularmente, familiares". O voto favorável, conforme a CNBB, "será, na prática, um voto de desprezo pela vida, pela família e seus valores".

ARTE

Vincent van Gogh, o célebre pintor holandês conhecido pelos girassóis amarelos, encantou-se com a paisagem no sul da França. Pintada em 1888, a obra Campo com Íris Perto de Aries, nas proximidades do Mediterrâneo, reflete a paixão do artista pelo contraste entre as formas florais. Em exibição no Museu Van Gogh, em Amsterdã, a tela foi recentemente restaurada. No processo, uma antiga camada de verniz descolorido foi removida, e as cores voltaram a ser brilhantes e vivas, como queria o mestre dos pincéis.

O casal que visitou os 497 municípios do RS

A ideia começou a ser executada em meados dos anos 2000. Sempre juntos, de carro e aos finais de semana, o empresário Ireno Bagatini e a esposa, Clara Brambilla Bagatini, decidiram conhecer todos os 497 municípios do Rio Grande do Sul. Cerca de 15 anos (e um baita susto) depois, o casal acaba de concluir o roteiro em Porto Vera Cruz, às margens do Rio Uruguai (foto acima).

O sobressalto ocorreu em julho de 2020, quando Ireno contraiu covid-19 e teve de ser internado na UTI do Hospital Moinhos de Vento, na Capital, onde foi entubado. Foram 55 dias entre a vida e a morte.

- Pensei que ia morrer. E ainda faltava conhecer Porto Vera Cruz. Achei que não ia conseguir mais - recorda o viajante de 73 anos.

Recuperado, Ireno conseguiu concretizar o feito, ao

lado de Clara, do jeitinho de sempre: em um passeio tranquilo, com direito à recepção calorosa e à boa comida do Interior.

Apaixonados pelo Estado, os moradores de Porto Alegre destacam a gentileza com que foram recebidos nos lugares - e o prazer do mate aos finais de tarde, nas recepções dos hotéis, quando o papo corria leve e solto. Não é preciso ir longe, afinal, para ser feliz.

O top 5 dos viajantes Pediu a Ireno e Clara para que apontassem os municípios dos quais mais gostaram. Aí vai o ranking do casal: 1 Ametista do Sul, no Norte, pelas belezas da região de pedras preciosas (que eles visitaram cinco vezes!) 2 Victor Graeff, no Norte, pelos encantos da Praça Tancredo Neves, com mais de 200 esculturas em ciprestes 3 São Miguel das Missões, no Noroeste, pela imponência das ruínas do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo 4 Antônio Prado, na Serra, devido ao charme do casario colonial preservado 5 São Francisco de Paula, na Serra, pelos encantos do Lago São Bernardo

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

INSS autoriza avaliação por videoconferência

A avaliação social de pessoas com deficiência, realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), poderá ser feita de forma remota em todo o país, por meio de videoconferência, caso seja do interesse do beneficiário. A medida, visando à modalidade remota para o procedimento de avaliação social exigido para a concessão do benefício assistencial de prestação continuada à pessoa com deficiência (BPC), está prevista na Portaria nº 978, publicada no Diário Oficial da União.

Segundo a portaria, o serviço será disponibilizado nos canais remotos Meu **INSS** e Central de Atendimento 135, "permitindo ao cidadão escolher a forma do atendimento, presencial ou remota".

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_15_edicao_373

Governo busca R\$ 3,1 bi no Orçamento para bancar subsídio do Plano Safra

Idiana Tomazelli

O governo mapeou a necessidade de remanejar R\$ 3,1 bilhões do Orçamento para bancar o gasto adicional com subsídios a produtores do agronegócio no âmbito do Plano Safra e com outras subvenções custeadas pelo Tesouro Nacional.

A fatura extra decorre do aumento significativo nas taxas de juros, que ampliou a despesa com a chamada equalização -o governo paga a diferença entre a taxa cobrada dos produtores, mais baixa, e o custo efetivo das instituições financeiras que emprestam o dinheiro.

O impasse foi tema de uma reunião da JEO (Junta de Execução Orçamentária) na segunda-feira (7).

Diante da urgência, um primeiro remanejamento de cerca de R\$ 800 milhões deve ser feito já nos próximos dias por meio de portarias ministeriais, segundo técnicos ouvidos pela Folha.

O dinheiro deve ser redirecionado a partir de outras dotações do Ministério da Agricultura que costumam ser pouco usadas. Os outros R\$ 2,3 bilhões dependerão do envio de um pedido de crédito suplementar, que precisará ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Para solicitar esse crédito, o governo terá de fazer cortes em outras áreas, uma tarefa sempre árdua e politicamente delicada.

Em janeiro, o presidente Jair Bolsonaro (PL) precisou vetar R\$ 3,18 bilhões em recursos para recompor despesas com salários de servidores. O corte recaiu principalmente sobre as verbas de educação e do **INSS**, gerando desgaste.

Porém, enquanto o governo não tiver recursos suficientes para bancar os subsídios, nenhum novo financiamento pode ser concedido, segundo entendimento de técnicos do governo e do TCU (Tribunal de Contas da União).

Após a condenação da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) pelas chamadas pedaladas fiscais, o governo não vê nenhum espaço para arriscar atrasar seus compromissos com bancos.

Por isso, o entendimento já consolidado, inclusive na corte de contas, é que os financiamentos só podem ser contratados se houver todo o dinheiro necessário no Orçamento para bancar o subsídio correspondente.

Representantes do Ministério da Agricultura e da bancada ruralista acompanham de perto as negociações por seu potencial impacto nas lavouras.

A suspensão dos financiamentos coincide com o período da safrinha, quando já houve a colheita da primeira safra e as lavouras são renovadas para o cultivo de grãos como o milho.

Há a preocupação de que os produtores sejam levados a buscar financiamentos mais caros para evitar atrasos em seus cronogramas, ou que a produção fique prejudicada.

Segundo o levantamento da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), a produção de milho na safrinha deve responder por 86,3 milhões de toneladas, cerca de 76% do total do grão no país.

O Plano Safra 2021/2022 foi lançado em junho do ano passado, em uma cerimônia que teve a presença de Bolsonaro e ministros. Foram colocados R\$ 251,2 bilhões à disposição dos produtores, com recursos para financiar investimentos e atividades de custeio e comercialização.

As taxas de juros, por sua vez, tiveram um aumento. Para pequenos produtores, a alta foi de 4% para 4,5%. Para os médios, houve elevação de 5% para 5,5%. Já a taxa cobrada dos grandes passou de 6% para 7,5%.

Ainda assim, as taxas do Plano Safra são menores do que as cobradas em outros tipos de financiamento.

Para se ter uma ideia, na época do anúncio do plano, a taxa básica de juros, a Selic, estava em 4,25% ao ano, com perspectiva de alta. De lá para cá, o Banco Central precisou apertar o ritmo de aperto monetário.

No início deste mês, o Copom (Comitê de Política Monetária) elevou a taxa a 10,75% ao ano. No envio da proposta de Orçamento de 2022, em agosto do ano passado, o governo estimava que a Selic média ficaria em 6,63%.

Nesse cenário, a dotação total para subsídios, subvenções e Proagro (outro programa voltado à área rural) era de R\$ 13,7 bilhões. A ampliação do diferencial eleva os gastos do Tesouro Nacional.

Subvenções associadas a outros programas, como o PSI (Programa de Sustentação do Investimento) e de financiamento a cerealistas, também ficarão mais caras, embora o principal fator de aumento seja o Plano Safra, segundo os técnicos do governo.

O presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), deputado Sérgio Souza (MDB-PR), criticou o que classificou de precipitação do governo.

Segundo ele, os recursos são necessários para bancar a equalização de operações já realizadas, mas não deveriam comprometer novas contratações. A maior preocupação é com os riscos à safra.

Souza disse ainda que a bancada pede ao governo a ampliação dos recursos do Plano Safra, uma vez que os R\$ 251,2 bilhões são considerados insuficientes.

"Trabalhamos para aumentar o recurso, pois um trator que custava R\$ 400 mil hoje custa R\$ 800 mil. O custo de produção triplicou", afirmou.

Segundo ele, o recurso disponível para a compra de máquinas já se esgotou. "O governo não está conseguindo suportar a demanda por financiamento", afirmou o presidente da FPA.

Na área econômica, a ampliação do valor total do Plano Safra é considerada improvável, uma vez que isso demandaria uma dotação ainda maior de subsídios e novos cortes no Orçamento.?

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/governo-busca-r-31-bi-no-orcamento-para-bancar-subsidio-do-plano-safra.shtml>

1,8 milhão receberam ajuda de forma irregular

HUMBERTO TREZZI humberto.trezzi@zerohora.com.br

Cerca de 1,8 milhão de brasileiros receberam de forma irregular o auxílio emergencial entre setembro de 2020 e janeiro de 2021. A conclusão é da Controladoria-Geral da União (CGU), após auditoria que analisou apenas o repasse de parcelas de R\$ 300 desse benefício, destinado a pessoas que ficaram em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia.

O auxílio emergencial começou com parcelas de R\$ 600 mensais, depois o valor diminuiu para R\$ 300. E nesse último bloco que foram analisados os repasses por parte do governo federal. O montante liberado na época foi de R\$ 67,6 bilhões, para 57 milhões de brasileiros.

O cruzamento de dados da CGU aponta que R\$ 808 milhões desse total foram distribuídos a pessoas que não tinham direito, que totalizam 1,8 milhão de beneficiários (3,2% dos contemplados com parcelas de R\$ 300). Dos R\$ 808 milhões distribuídos irregularmente, R\$ 44 milhões foram devolvidos, diz a CGU.

Óbitos Entre os beneficiados com os R\$ 300 irregulares estão cerca de 15 mil mortos, 38 mil presos em regime fechado e 15 mil brasileiros que residem no Exterior. A explicação pode estar no fato de que os benefícios são dados a quem pedia e só depois haveria fiscalização, segundo especialistas no assunto. Outros milhões de brasileiros receberam irregularmente o benefício referente às parcelas de R\$ 600, ainda no primeiro ano da pandemia.

Esse tipo de liberalidade -que pode custar milhões aos cofres públicos - foi mostrado em reportagens do Grupo de Investigação da RBS (GDI), ainda no final de junho de 2020, quando empresários e funcionários públicos gaúchos levaram o auxílio, embora não pudessem se enquadrar no programa. Alertada, uma parcela dos irregulares devolveu o dinheiro.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Reforma tributária por mais igualdade deve ser carro-chefe de pacto para a maioria (Artigo)



Luciano Veronezi

Alessandra Vieira e Pedro Fernando Nery *Vieira é pré-candidato à Presidência pelo Cidadania; Nery é economista*

Um brasileiro sozinho ganhou mais de R\$ 1 bilhão em 2019 sobre o qual não precisou pagar nenhum centavo de Imposto de Renda.

Não são só bilionários os beneficiados por nosso sistema, que permite alíquotas de 0% para rendas do 1% mais rico de brasileiros no IR. São vários os "auxílios permanentes" para quem já está no topo.

Há quase dois anos, quando o Congresso aprovou o auxílio emergencial, esta Folha o noticiou como um benefício relativamente tímido, para cerca de 20 milhões de pessoas. Ainda não estava claro como a proposta do governo havia sido mudada.

Como relator do auxílio no Senado, porém, este senador conseguiu liderar o esforço de estendê-lo a mais de 60 milhões de pessoas, entendendo que não apenas os empregados informais deveriam ter direito à ajuda na mortal pandemia que se avizinhava, como também os desempregados, os conta-própria.

O auxílio emergencial reduziu a extrema pobreza e a

desigualdade a níveis inéditos -infelizmente temporariamente- e contribuiu para uma queda mais suave do **PIB**. Beneficiou principalmente mulheres, negros, crianças.

Para fazer mais por esta maioria da população, é preciso vencer os "auxílios permanentes" que as elites recebem do Estado, como as isenções do sistema tributário. O que 4 dos 5 homens mais ricos do país têm em comum? Empresas que recebem gastos indiretos do governo via renúncia fiscal (gasto tributário).

Lutar contra a desigualdade e a pobreza não é só um imperativo ético, mas também uma necessidade para o crescimento econômico sustentável. Economistas produziram ampla literatura científica associando mais igualdade a mais crescimento. Sem oportunidades para todos, a sociedade fica privada de capital humano que deixa de ser desenvolvido e é, assim, desperdiçado.

Médicas ou engenheiras que nunca são formadas, pela alocação deficiente de recursos em políticas de desenvolvimento infantil, educação, mercado de trabalho. Sociedades desiguais também têm maior instabilidade -adversária do investimento- e incentivam o patrimonialismo -inimigo do esforço em inovação.

Dá para mudar. Estudos mostram que não é tanto a desigualdade que é atípica no Brasil, mas a incapacidade do Estado de reduzi-la. Finlândia ou França teriam Gini parecido com o nosso se não fosse o Estado tributando os mais ricos e gastando com os mais pobres.

Podemos ir além dos avanços dos governos do PSDB e do PT, em que se ampliou significativamente a cobertura da assistência, saúde e educação -mas em que a mordida do 1% mais rico sobre a renda até chegou a subir.

Este senador tem apresentado propostas há três anos para que seja a maioria quem se aproprie dos recursos públicos. A PEC do teto de pobreza para reordenar o gasto -e tributar mais os bancos mais lucrativos- em favor do desenvolvimento infantil. A

PEC que prioriza crianças na proteção social e seus pais nas políticas de trabalho. A emenda pelo aumento do imposto sobre heranças para combater a pobreza. A proposta de incluir nos gatilhos fiscais a suspensão de isenções no IR sobre a renda de quem ganha mais de R\$ 40 mil.

Reformas tributárias dos últimos governos não foram por aí. Mas este ideário, de uma social-democracia moderna, é compartilhado por outros projetos do Cidadania (como o que tributa as maiores rendas para custear um orçamento da primeira infância, da senadora Eliziane) e do Acredito (como o que inclui os gastos tributários no teto de gastos, da deputada Tabata).

A **reforma tributária** -por mais igualdade, produtividade e eficiência ambiental- deve ser o carro-chefe de um pacto para a maioria. Mas há ainda uma agenda da melhora do gasto (previdência militar, reforma administrativa) e inclusão em áreas reguladas pelo Estado (abertura do mercado de trabalho, das cidades, do sistema bancário).

Se essa mudança parece impossível -e é difícil- também parecia impossível reformar a Previdência ou pagar uma renda básica como o auxílio. O legado trágico da pandemia é uma chance para derrubar tabus e construir um pacto mais radical por maior igualdade.

Série traz pensamento econômico de pré-candidatos à Presidência

O caderno Mercado publica artigos sobre questões econômicas consideradas sensíveis por pré-candidatos à Presidência da República.

A proposta é dar início ao debate de temas que devem nortear boa parte da campanha. Os artigos são assinados em sua maioria por economistas que participam do grupo de apoio aos pré-candidatos. De acordo com sua assessoria, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) está iniciando conversas com consultores econômicos e ainda não tem porta-vozes na área. Convidado a representar o presidente Jair Bolsonaro, que disputará a reeleição, o ministro da Economia, Paulo Guedes, prefere não se manifestar no momento.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

16

Desoneração dos combustíveis pode atrasar corte do IPI

Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187136?page=14§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187136?page=14§ion=1

Para Berriel, só deterioração fiscal leva juro acima de 12,25%

Lucinda Pinto De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187136

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187136

Redução das desigualdades sociais (Artigo)

SAMUEL HANAN

Quando foi promulgada, em 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal brasileira foi considerada uma das mais avançadas do mundo na questão dos direitos e garantias individuais. Entretanto, passados 33 anos, constatamos que o País ainda não conseguiu cumprir um dos princípios fundamentais da República, elencado logo no início da Carta Magna: a redução das desigualdades regionais e sociais.

É chocante o que nos mostram os indicadores. Apesar de estar entre as 12 maiores economias do mundo, o Brasil é o nono país mais desigual entre 164 nações, conforme o ranking World Development Indicators (em português, Indicadores de Desenvolvimento Social), publicado pelo Banco Mundial em 2020.

Em um intervalo de 60 anos, entre 1960 e 2020, o Brasil registrou aumento de 133,82% da concentração de renda em favor de 1% dos mais ricos da nação, segundo estudo elaborado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em 1960, essa minoria de 1% detinha 12,10% da renda nacional. Em 2010, esse percentual havia subido para 17,20% e, em 2020, atingiu 28,30%. O fenômeno se repete em outras faixas da população mais abastada. Os 5% mais ricos, que concentravam 27,70% da renda nacional em 1960, acumulavam 36,30% em 2010, acréscimo de 30,3%. Na faixa dos 10% mais ricos, sua participação pulou de 39,70% em 1960 para 49,80% cinquenta anos depois. Aumento de 22,9%. Nos bolsos dos 20% mais ricos do País estavam 63,30% da renda nacional em 2010, ante 54,40% em 1960. Entre eles, a concentração de renda aumentou 13,2% desde então.

Se analisarmos a evolução das classes sociais no Brasil em período mais recente, de 2008 a 2020, fica evidente o significativo empobrecimento da maior parte da população nacional. Em 2008, as Classes "A" e "B" somavam 11,6% da população. Em 2020 alcançavam 15,3% da população. Já a Classe "C", composta por 48,9% dos brasileiros em 2008, não somava nem 40% em 2020. E a soma das classes "D" e "E" passou de 39,6% em 2008 para 44,9% da população em 2020. Ou seja: a Classe "C" perdeu para as classes "D" e "E" cerca de 31,9 milhões de pessoas. Os ricos estão cada vez mais ricos, a classe média vem sendo reduzida e empobrecida, e os pobres estão se tornando miseráveis.

Reportagem da BBC News Brasil, veiculada em 13 de dezembro de 2021, mostrou que 70% da população brasileira adulta ganharam em média, em 2019, menos de R\$ 2.000,00/mês, o que equivale a cerca de 2 salários mínimos da época. Os dados também comprovam que 90% da população de brasileiros adultos ganharam, em 2019, menos de R\$ 3.500,00/mês. Por outro lado, quem se insere entre o 1% da população brasileira mais rica, teve renda média mensal de R\$ 28.659,00, o correspondente a 28,5 salários mínimos da época (2019), muito mais que a renda mensal de 99% da população.

Os dados também comprovam que 89,16% da população brasileira adulta com renda mensal de até R\$ 4.990,00, menos que 5 salários mínimos (em 2019), respondem por 66,44% do total da arrecadação tributária do país. Aqui está a comprovação definitiva de que o Sistema Tributário Brasileiro é um verdadeiro manicômio tributário.

As desigualdades sociais e regionais vêm sendo fomentadas pelo governo federal há mais de 20 anos. Esse abismo se acentua graças, primeiramente, à tributação elevada, injusta e progressiva sobre o consumo. Ao optar por tributar fortemente o consumo, e não a renda/ capital, o Brasil escolheu o caminho errado.

Essa sinuosa estrada arrecadadora não é nada segura e sacrifica o bolso dos mais pobres. É a aceleração das desigualdades ladeira abaixo.

Se por um lado o governo se mostra sensível à situação dos menos favorecidos implementando o programa Auxílio Brasil no valor de R\$ 400,00 mensais, por outro tira quase o total do benefício do trabalhador assalariado com renda de até 2 salários mínimos por meio da abusiva tributação imposta sobre o consumo da alimentação básica, higiene pessoal, vestuário e transporte, que lhe custam R\$ 390,14 por mês.

O abismo se aprofundará se os cidadãos que ganham menos continuarem sofrendo os efeitos mais perversos desse modelo tributário, pelo qual a carga tributária recai mais em quem ganha menos. Esta é uma nação Robin Hood às avessas!

Outra causa importante desse agravamento é a benevolência do governo federal na concessão de renúncias fiscais.

A receita da qual o Brasil abre mão todos os anos soma R\$ 300 bilhões. Ou nada menos do que 4% do **PIB** Nacional. As razões para essas concessões não são apenas questionáveis; significam escandaloso descumprimento da Constituição, porque são concedidos sem a observância do princípio da impessoalidade e se destinam não para a redução das desigualdades sociais e regionais, mas para as regiões Sudeste e Sul, justamente as mais ricas e desenvolvidas do país.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-09-02-2022/>

Como se não bastasse, o Brasil ainda perde outra significativa do **PIB** para a evasão fiscal. São U\$ 280 bilhões que deixam de entrar anualmente nos cofres federais por pessoas físicas e jurídicas que sonégam **tributos**. Um rombo de 13,4% do **PIB**.

Antes de se falar em **reforma tributária** e do restabelecimento do pacto federativo, existem caminhos urgentes, necessários e factíveis para o Brasil reduzir suas desigualdades sociais. O ponto de partida deve ser a redução da tributação sobre o consumo, diminuindo as alíquotas de ICMS, IPI, PIS, Cofins e outros **impostos**.

Outra medida essencial é fazer uma mudança profunda no Imposto de Renda, começando pela correção anual da Tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, evitando-se tributar **inflação** e aumentar a tributação das pessoas físicas sem lei autorizativa. Além disso, é imprescindível aumentar a tributação sobre a renda - por meio do IRPJ -, criando novas e mais elevadas alíquotas, de modo a tributar maiores salários e rendas.

Também é urgente aumentar a tributação sobre herança, hoje fixada em 4% a 7%, muito aquém do que é cobrado em outros países. Por fim, o País precisa estabelecer política de aumento real anual do salário-mínimo, com percentual ditado pelo aumento da produtividade, além, é claro, da obrigatoriedade da correção anual pelo índice inflacionário.

O dramaturgo paraibano Ariano Suassuna (1927-2014) há muito tempo alertou: "O que é muito difícil é você vencer a injustiça secular que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos." Sempre é tempo de ouvir a voz dos sábios e de encarar os desafios, enfrentando o poder das elites e reduzindo privilégios. Sem isso, o Brasil continuará sendo uma fonte inesgotável de desigualdades sociais, penalizando a população mais pobre.

SAMUEL HANAN, Engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças, empresário. E-mail: samucahanan@gmail.com

Congresso adia avaliação de vetos polêmicos



RAPHAEL FELICE TAINÁ ANDRADE

O Congresso Nacional deixou para votar em 16 de março os vetos do presidente Jair Bolsonaro ao Refis para micro e pequenas empresas, ao Orçamento de 2022 e ao projeto que prevê a distribuição gratuita de absorventes a mulheres de baixa renda.

Na sessão de ontem, os deputados e senadores apreciaram apenas dois vetos: o da compensação fiscal pelo retorno da propaganda partidária gratuita em rádio e televisão fora do período eleitoral e o que inclui a cobertura da quimioterapia oral nos planos de saúde.

A justificativa oficial para enxugar a pauta do plenário foi o uso de um novo sistema de votação, que apresenta instabilidade, mas a decisão também foi influenciada pela falta de acordo em torno de algumas pautas.

Em 16 de março, segundo o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (sem partido), serão apreciados todos os vetos que trancam a pauta do plenário do Congresso.

Antes da sessão de votação, estava prevista uma reunião de líderes, em que o foco seria discutir a derrubada de 90% dos vetos. O encontro foi alterado duas vezes no mesmo dia - na primeira, houve adiamento; na segunda, foi cancelada.

Um integrante da base do governo disse que o adiamento se tratava de "política". Já um parlamentar da oposição afirmou não ver sentido na estratégia de repartir a votação dos vetos: Se for para sangrar, é muito melhor que seja de uma vez", frisou.

Na sessão, o Congresso manteve o veto de Bolsonaro ao projeto que obrigava planos de saúde a cobrir tratamentos domiciliares de uso oral contra o câncer. Os partidos que orientaram pelo aval ao veto justificaram haver um acordo para a aprovação da Medida Provisória (MP 1067/21), cujo teor é semelhante. A proposta define um prazo de até 180 dias para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) concluir a análise de processos de pedido de inclusão dos medicamentos no fornecimento obrigatório. A MP foi aprovada pela Câmara em 14 de dezembro e aguarda apreciação do Senado, que deve ocorrer amanhã, data-limite para a análise.

Propaganda

O Parlamento derrubou, no entanto, o veto à proposta de compensação fiscal pelo retorno da propaganda partidária gratuita em rádio e televisão fora do período eleitoral. Foram 344 votos a favor da derrubada na Câmara e 49 contrários. O placar no Senado foi de 54 a 14.

A propaganda partidária foi extinta em 2017, quando permaneceu apenas o horário eleitoral em período de campanha, mas acabou retomada, agora, em um projeto do Congresso encabeçado pelo PL, partido em que Bolsonaro deve disputar a reeleição neste ano.

Pelo projeto, a propaganda partidária será divulgada fora do período das eleições, incluindo o primeiro semestre do ano eleitoral, em horário nobre, entre as 19h30 e as 22h30. Serão inserções de 30 segundos no intervalo da programação normal das emissoras de TV.

Da forma como o texto foi aprovado, a propaganda partidária será custeada com renúncia da cobrança de **impostos** que seriam obtidos das emissoras, o que vai gerar queda na arrecadação. A compensação tributária, de acordo com projeto, será calculada com base no faturamento nos comerciais no horário de veiculação. O Congresso não apontou, no texto, um cálculo de impacto no Orçamento.

Bolsonaro havia vetado, em 4 de janeiro, essa compensação fiscal, que agora foi retomada pelo Congresso. Ao justificar o veto, o Palácio do Planalto alegou que a proposta instituiria benefício fiscal, "com consequente renúncia de receita", sem observância às regras fiscais e orçamentárias. (Com Agência Estado)

Múltiplos objetivos

Segundo o projeto aprovado pelos parlamentares, a volta da propaganda partidária "gratuita" em rádio e televisão fora do período eleitoral tem o objetivo de permitir às siglas difundir seus programas, transmitir mensagens aos filiados, incentivar a filiação, esclarecer o seu papel na democracia e promover e difundir a participação política das mulheres, dos jovens e dos negros.

Adiamento causa protestos

Um dos vetos mais esperados pelos parlamentares para serem apreciados era ao Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (PL 4.968/2019), que prevê a distribuição gratuita de absorventes para estudantes de baixa renda de escolas públicas e mulheres em situação de rua ou de extrema vulnerabilidade. De acordo com o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), o governo vai se posicionar no momento adequado sobre esse veto. Ele lembrou que o Executivo usou argumentos jurídicos e financeiros para decidir pela exclusão desse trecho do programa.

A retirada desse veto da pauta provocou a reação de parlamentares. Pelas redes sociais, o senador Randolfe Rodrigues (Re-de-AP) disse que "mais uma vez, lamentavelmente, a base do governo no Congresso Nacional decidiu postergar a apreciação do veto ao PL que garante absorvente às pessoas mais vulneráveis e combate à pobreza menstrual". Ele acrescentou que "novamente o Congresso se coloca em uma posição vexatória, em favor do atraso".

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) também reclamou da retirada do veto. Para o parlamentar, "derrubar o veto ao projeto contra a pobreza menstrual é questão de humanidade". "É absurdo que tantas meninas pobres tenham de faltar às aulas por não poderem comprar absorventes", enfatizou. Na avaliação dele, "a distribuição gratuita também garante o mínimo de dignidade a mulheres em situação de rua".

O argumento de Bolsonaro para o veto foi de que o texto do projeto, apesar da "meritória iniciativa do legislador", "não estabeleceu fonte de custeio". (Com Agência Senado)

BC alerta para risco inflacionário de PECs



rosana hessel

Apesar de não citar explicitamente a PEC dos Combustíveis, o Banco Central fez um alerta sobre os riscos da polêmica proposta de reduzir **impostos** defendida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores para baratear os preços do diesel e outros produtos. Para o BC, a medida pode ter um efeito danoso para as contas públicas e para a **inflação** futura, colocando em xeque as regras fiscais sem surtir o efeito esperado para o consumidor.

Na ata da primeira reunião deste ano do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada na semana passada, o BC enfatizou uma maior preocupação com a deterioração fiscal por conta desse tipo de medida, que, na sua avaliação, tem efeito limitado e pode acabar elevando os preços em vez de reduzi-los. "O Comitê nota que mesmo políticas fiscais que tenham efeitos baixistas sobre a **inflação** no curto prazo podem causar deterioração nos prêmios de risco, aumento das expectativas de **inflação** e, consequentemente, um efeito altista na **inflação** prospectiva", afirma a ata, divulgada ontem.

Há duas PECs dos Combustíveis no Congresso. A equipe econômica aponta que a do Senado, apelidada pelos técnicos do Ministério Economia de "PEC Kamikaze", que já tem assinaturas que garantem a sua tramitação na Casa, deverá ter impacto fiscal superior a R\$ 100 bilhões. Na Câmara, há outra proposta parecida, com impacto de R\$ 54 bilhões nas estimativas da pasta.

O Copom, na última reunião, decidiu, por unanimidade, elevar em 1,5 ponto percentual a taxa básica da economia (Selic), de 9,25% para 10,75% ao ano, o maior patamar desde maio de 2017. Entre os motivos da decisão - além da piora no cenário fiscal que pressiona os prêmios de risco exigidos pelo mercado para adquirir títulos públicos -, destacaram-se

a persistência inflacionária tanto no Brasil quanto no exterior e as projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que estão acima do teto da meta deste ano, de 5%, mesmo considerando uma Selic de 11,75% no fim do ciclo de alta dos juros.

Apesar de confirmar que pretende reduzir o ritmo de alta da Selic, o Copom informou, na ata, que não pretende mais antecipar a intensidade dos ajustes nas reuniões seguintes, sem sinalizar quando pretende interromper o ciclo de aperto nos juros. Além disso, reforçou que a política monetária será contracionista para a atividade econômica, ou seja, atuará no sentido de frear a economia.

Apostas

Na avaliação de analistas, o BC, sob o comando de Roberto Campos Neto, se mostrou mais "hawkish" na ata do que no **comunicado** divulgado após a reunião do Copom. Ou seja, com disposição de ser mais agressivo na política monetária. Eles reforçaram as apostas de uma Selic acima de 12% neste ano. "Explicitamente, a ata estende o ciclo de alta da Selic, embora em ritmo mais lento", destacou José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator. Para ele, o cenário confirma uma Selic de 12,25% no fim do ano, ou acima disso. "A sinalização do Copom foi de que mais altas de juros virão, mas sem especificar o tamanho", acrescentou.

Para Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, a ata deixou uma janela aberta para novas altas de juros ao longo do ano. "O pessoal ficou muito otimista após o **comunicado** do Copom, na semana passada, de que o ciclo de aperto monetário pararia com a Selic em 11,75%. Mas a ata mostrou que o BC pode prolongar a alta dos juros acima de 12%", disse.

Flávio apoia proposta "kamikaze"

MICHELLE PORTELLA

Filho "zero um" do presidente Jair Bolsonaro (PL), o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) assinou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis, chamada de "kamikaze" por economistas do governo. Enquanto o debate sobre a redução do preço dos combustíveis cresce, a PEC avança: com 30 assinaturas de senadores, três além do mínimo necessário, ela começa a tramitar na Casa.

Proposta pelo senador Carlos Fávaro (PSD-MT), a PEC 01/2022 reduz os **tributos** incidentes sobre diesel, gás de cozinha e energia elétrica. A proposta foi chamada de "PEC Kamikaze" e de "PEC da Irresponsabilidade Fiscal" porque pode ter um impacto de mais de R\$ 100 bilhões para os cofres da União, segundo cálculos de técnicos do Ministério da Economia. A pasta é contra a medida que, entretanto, tem aval da ala política do governo e do próprio Jair Bolsonaro, de olho na campanha pela reeleição.

"Kamikaze é a política econômica do governo, do ministro Paulo Guedes, que coloca milhares de brasileiros na fila do osso, que coloca 17 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, que faz o brasileiro pagar R\$ 8 por litro de gasolina", disse Carlos Fávaro em resposta às críticas vindas do governo.

Entre os senadores signatários da matéria, além de Flávio Bolsonaro, está o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (PL-TO) e outros senadores da base governista, como o ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP) e Omar Aziz (PSD-AM), ex-presidente da CPI da Covid-19.

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, considera a proposta explosiva porque permite a redução de **impostos** sem nenhuma medida de compensação, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nos bastidores, congressistas apontam que a assinatura de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em apoio ao texto do senador Carlos Fávaro é mais uma demonstração do isolamento de Paulo Guedes no governo.

Os preços dos combustíveis também são o assunto da vez na Câmara, onde o deputado Christino Áureo (PP-RJ), apresentou outra PEC, com teor semelhante à do Senado. Com as duas PECs e outros dois projetos sob relatoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN), parlamentares admitem uma tendência de aglutinar

ideias dos quatro textos em apenas um. Já estão tramitando Projeto de Lei (PL) 1472/2021, apresentado no Senado, que prevê a criação de um fundo de compensação para equalizar os preços e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020, da Câmara, que trata das alíquotas do ICMS. (Colaboraram Raphael Felice e Tainá Andrade)

É preciso ter responsabilidade (Editorial)

Correio Braziliense

A **inflação** é, de longe, o pior imposto para uma sociedade. No Brasil, há experiência de sobra do que ela pode provocar na economia em termos de crescimento da desigualdade social e baixas taxas de crescimento econômico. É preciso estancar os reajustes de preços que, no último ano, corroeram a combatida renda dos trabalhadores e pesaram sobre os custos das empresas, que são pressionadas a fazer reajustes em um ambiente de queda no consumo. Todo esforço deve ser empreendido para que o Brasil não volte a conviver com um problema que está equacionado. Mas não se pode agir de forma afoita e irresponsável. Em ano eleitoral, preços em alta e **inflação** incomodam em maior grau o governo e o Congresso Nacional. E, hoje, há no Legislativo uma série de projetos que buscam formas de reduzir o valor dos combustíveis nas bombas de abastecimento. É com eles que é necessário cuidado.

Entre propostas de emenda à Constituição e projetos de lei, Senado e Câmara apreciam medidas que podem surtir o efeito contrário ao desejado ou ainda ter um impacto limitado no tempo. A maior parte delas prevê redução de **impostos** da União, e algumas incluem tributo estadual, incidente sobre diesel, gasolina, etanol, biodiesel, gás de cozinha e energia elétrica. E vão além, criando vales para custear diesel para caminhoneiros autônomos ou compensações para entes federados, com impacto bilionário na arrecadação da União, estados e municípios.

A PEC no Senado permite reduzir ou cortar IPI, IOF, Cide, Pis/Pasep/Cofins, IE e ICMS e cria o vale-diesel no valor de R\$ 1.200 por mês para caminhoneiros autônomos, eleva o vale-gás para 100% do valor do botijão de 13 kg e destina R\$ 5 bilhões para custear o transporte público de idosos nos estados e municípios. Sozinha, a PEC do Senado gera mais de R\$ 17 bilhões em despesas novas, que, somadas à perda de arrecadação, pode ter um impacto fiscal de R\$ 100 bilhões segundo cálculos do Ministério da Economia. A PEC dos Combustíveis, que tramita na Câmara e passou pela Casa Civil, prevê corte de **impostos** da União, estados e municípios sobre diesel, gasolina, etanol e gás de cozinha. Levará a uma perda de arrecadação da ordem de R\$ 54 bilhões. Nos dois casos, a redução tributária vale para 2022 e 2023.

Há ainda dois projetos de lei na Câmara dos Deputados. O primeiro altera a forma de cálculo do ICMS sobre diesel, gasolina e etanol, recebeu o aval

dos deputados e aguarda votação no Senado, enquanto outro propõe a criação de um fundo de estabilização com os lucros extraordinários da Petrobras (que seria gerado pelo efeito da alta dos combustíveis) e o Imposto sobre Exportação de petróleo. Nesse caso, não há impacto fiscal. A solução é necessária, porém, mais uma vez, é preciso lembrar que é preciso responsabilidade, para que uma solução não se converta em pouco tempo em um problema maior do que aquele que se quis resolver.

Os alertas da equipe econômica são para o impacto fiscal e os riscos dos efeitos negativos da deterioração das contas públicas. E o aviso foi endossado ontem pela ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que elevou a taxa básica (Selic) em 1,5 ponto percentual ao patamar de 10,75%, na quarta-feira passada. A advertência do BC é para o efeito do uso de política fiscal visando baixar a **inflação** no curto prazo sobre as contas públicas, elevando as taxas de risco do país e contribuindo, assim, para gerar mais **inflação** no médio prazo.

A redução dos preços dos combustíveis com corte de **impostos** e piora das contas públicas vai pressionar o dólar e não será suficiente para conter o aumento nas cotações do petróleo no mercado internacional. Com a projeção da **inflação** em alta no horizonte de médio prazo, a alternativa do BC será elevar ainda mais a taxa de juros, o que é negativo para a economia como um todo. É preciso que Senado e Câmara dos Deputados resistam a tomar medidas de olho apenas nas urnas e contribuam para o debate e a proposição de ações que tragam uma solução estrutural para os preços dos combustíveis, para que eles continuem livres, mas sofram menos impacto com variações conjunturais.

Em ata de recados", BC alerta para efeitos inflacionários de PECs

Eduardo Cucolo Nathalia Garcia

As propostas para reduzir a tributação de combustíveis no ano eleitoral podem ter efeito negativo sobre a taxa de câmbio, levando a uma inflação mais alta e, consequentemente, à necessidade de uma taxa básica de juros ainda mais elevada.

A avaliação, que já era praticamente consenso no mercado e no Ministério da Economia, foi explicitada nesta terça-feira (8) pelo Banco Central.

Na ata do Copom (Comitê de Política Monetária), documento em que explica a decisão da semana passada de elevar os juros para 10,75% ao ano, a instituição não cita as propostas que estão em discussão no governo e no Congresso, mas afirma que "mesmo políticas fiscais que tenham efeitos baixistas sobre a inflação no curto prazo podem causar deterioração nos prêmios de risco" e levar ao "aumento das expectativas de inflação e, consequentemente, um efeito altista na inflação prospectiva".

Em um momento em que muitos analistas temem que o presidente Jair Bolsonaro (PL) tome novas medidas para aumentar os gastos para tentar a reeleição, o BC afirma que políticas fiscais que impliquem impulso adicional da demanda podem impactar negativamente preços de ativos importantes -leia-se, o dólar.

No Congresso, há pelo menos duas propostas para mudar a Constituição e permitir o corte de tributos sobre combustíveis. A medida tem alto impacto fiscal e seu efeito sobre os preços ao consumidor é incerto.

A "ata dos recados", como foi classificada por alguns analistas, também trouxe uma mensagem mais dura sobre os próximos passos do Copom. A instituição indicou que vê a necessidade de subir os juros além dos 12% projetados pelo mercado a partir de maio e que a taxa pode demorar mais a cair -talvez somente em 2023.

O BC também sinalizou que ainda haverá pelo menos mais duas altas de juros, mesmo que em magnitude inferior ao 1,5 ponto percentual da semana passada.

"O ciclo de aperto monetário deverá ser mais contracionista do que o utilizado no cenário de

referência", disse o Copom ao citar as previsões do mercado para os juros na pesquisa Focus, usadas como referência nas projeções de inflação do BC.

O BC também reforçou a preocupação com as expectativas para o IPCA (índice de preços ao consumidor). Nas últimas semanas, as projeções de inflação para 2022 e 2023 têm subido. Para este ano, já é previsto um novo estouro da meta. Para o próximo, a projeção está ligeiramente acima do objetivo central de 3,50%.

Para alguns economistas, os dados de atividade e mercado de trabalho mais fracos podem mudar o plano de voo do Copom, desde que questões eleitorais e medidas populistas não revertam a tendência de valorização do real das últimas semanas.

"O melhor comentário da ata é o destaque para medidas e políticas fiscais que poderiam ter uma boa intenção de curto prazo de reduzir a inflação, mas que têm um custo muito elevado. Isso vai trazer mais juros e mais inflação lá na frente. É um custo fiscal muito alto para uma medida de baixo retorno para a sociedade", afirma Rafaela Vitoria, economista-chefe do banco Inter.

Ela afirma discordar da avaliação do BC e de grande parte do mercado de que é necessário levar os juros para mais de 12% para segurar a inflação, pois grande parte do aumento da Selic realizado desde março do ano passado ainda não foi sentido na economia real.

"Vamos chegar a uma Selic maior que o necessário, e isso pode levar ao início da discussão de queda de juros mais breve do que a curva precifica. A gente vai começar a sentir esse impacto da política monetária nos próximos dados, mercado de trabalho mais fraco, indústria negativa, varejo com dificuldade."

Segundo Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, o discurso mais rígido "coloca um viés inequívoco de alta para a taxa Selic terminal", projetada pela instituição, até então, em 11,75%. Ele também destaca a preocupação do BC com medidas de impacto fiscal para frear a inflação.

"O Banco Central parece reconhecer o potencial impacto negativo de iniciativas relacionadas a

isenções fiscais, como as relativas aos preços dos combustíveis que vêm sendo discutidas nas últimas semanas", disse o economista-chefe da XP Investimentos.

O Bank of America também recalculou suas projeções para as próximas reuniões. O banco elevou sua expectativa para a Selic até maio deste ano para 12,25%, prevendo uma alta de 1 ponto percentual em março e 0,5 ponto percentual no encontro seguinte. A estimativa anterior da instituição era de 11,25%. O Itaú Unibanco revisou a projeção de juros para 12,50% ao ano.

Luis Otavio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, afirma que, embora o BC tenha indicado que os juros terão que subir para mais de 12%, mantém a avaliação de que a instituição pode rever a ideia de continuar o processo de elevação dos juros quando chegar na reunião do Copom de maio, devido aos dados de atividade do primeiro trimestre mais fracos que o esperado.

"Obviamente que a questão política pode fazer com que a nossa suposição não se verifique. Como o BC deixou claro, se a PEC dos Combustíveis, ou outras medidas de impacto duradouro sobre a política fiscal e temporário sobre a inflação, prosperarem, voltamos ao cenário básico indicado na ata", afirmou.

Bolsa fecha perto da estabilidade com mercado atento ao quadro fiscal

Após oscilar durante boa parte do dia perto da estabilidade, a Bolsa esta terça-feira (8) em leve alta, acompanhando o movimento das ações nos EUA. O Ibovespa avançou 0,21%, aos 112.234 pontos, com os investidores atentos à PEC dos Combustíveis e o risco de deterioração do quadro fiscal. Nos EUA, o dia foi de valorização destacada para as principais ações nas Bolsas, em especial de tecnologia.

O S P 500 terminou o pregão em alta de 0,84%, enquanto o Nasdaq avançou 1,28%, e o Dow Jones teve ganhos de 1,06%. Já o dólar, que na véspera fechara no menor nível em quase cinco meses, teve uma leve alta de 0,15%, para R\$ 5,26.

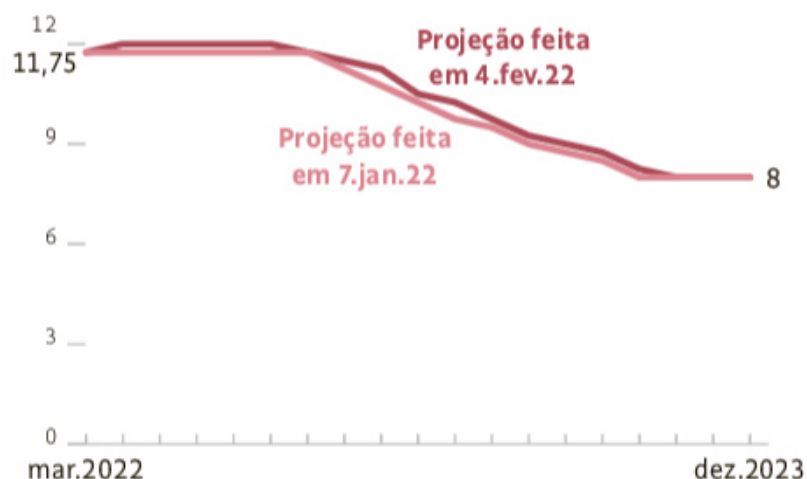
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

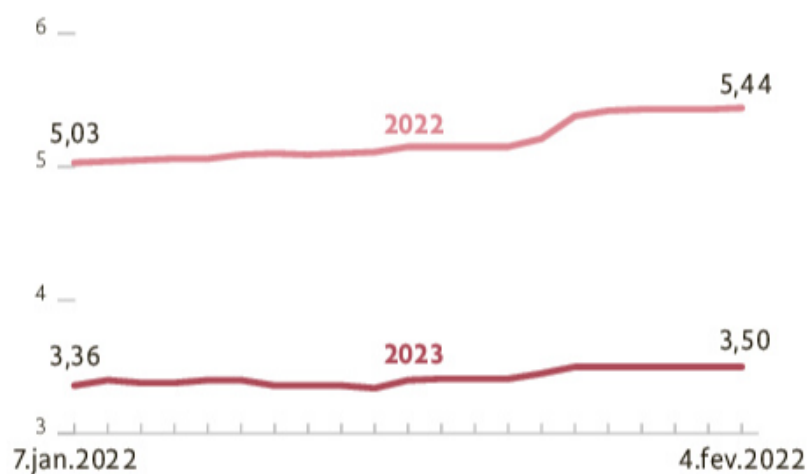
16

Mercado vê juros maiores em relação à projeção anterior, e BC diz que aperto pode ser ainda mais forte

Estimativa para a Selic, em % ao ano



Evolução da projeção de inflação anual na pesquisa Focus IPCA, em %



Fonte: Pesquisa Focus/Banco Central



O melhor comentário da ata é o destaque para medidas e políticas fiscais que poderiam ter uma boa intenção de curto prazo de reduzir a inflação, mas que têm um custo muito elevado. Isso vai trazer mais juros e mais inflação lá na frente

Rafaela Vitoria, economista-chefe do banco Inter

Bolsonaro já infecta 2023 (Artigo)

Vinícius Torres Freire *Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)*

Qualquer presidente que venha a tomar posse em janeiro de 2023 herdará um país destruído por Jair Bolsonaro. No que diz respeito a governo, política e economia, o estrago vai aumentar.

Bolsonaro e seus cúmplices no Congresso criam o hábito de mudar a Constituição como se mexe em portarias. Assim o fazem para estourar a dívida pública com medidas economicamente irracionais, que de resto beneficiam ricos. O apodrecimento institucional, mais que miséria imediata, vai causar danos duradouros, de difícil conserto.

Essa gente já provocou aumento de inflação que foi além da carestia importada do resto do mundo ou da derivada de azares (seca, por exemplo). Os planos recentes vão provocar mais inflação, com a decorrente alta de juros.

Por causa de ignorância, falta de rumo administrativo, incompetência política e do risco de impeachment, Bolsonaro se compraz em ser dominado por um Congresso dos mais negociatas. Juntos, estão dispostos a aprovar qualquer demagogia atroz ou encaminhar o que resta de dinheiro não carimbado do Orçamento para currais eleitorais.

Bolsonaro e turma querem diminuir impostos sobre combustíveis, eletricidade, produtos da indústria e parte do setor de serviços, pelo que se soube em poucos dias de fevereiro. Querem também um Bolsa Caminhoneiro, subsidiar transporte urbano e pagar o botijão de gás dos mais pobres.

O governo federal já gasta mais do que arrecada, tem déficit primário (que não considera a despesa com juros). Baixando impostos, terá de tomar mais dinheiro emprestado. Em vez de pagar contas com tributos, vai pagar com dívida, que rende juros para os mais ricos, entre outros danos.

Uma vez que se baixem impostos, é difícil voltar a cobrá-los. Os favores de agora, se aprovados, vão tirar dinheiro do próximo governo também. Por falar nisso, note-se que não há verba prevista para pagar o Auxílio Brasil a partir de 2023.

A Constituição se torna um papelucho descartável. Emendas picaretas derrubaram o sacrossanto teto de

gastos. Agora, podem servir para a farra tributária. As "regras fiscais" (proibição de gastar além do teto, de fazer dívida assim e assado, de ter tal déficit) já não valiam grande coisa, pois rígidas ou moles demais. A ideia de que possam ser varridas com canetadas mensais na Constituição as desmoraliza de vez.

Sem regras, com histórico fiscal ruim e dívida alta, pagaremos mais juros para financiar déficits. Além do mais, o real continuará a valer quase nada ou menos ainda, o que dá em inflação e pobreza.

Os truques para reduzir preços podem não dar em nada. O desconto de impostos pode ser apropriado por empresas antes que cheguem em lojas e postos de combustíveis, entre outros problemas.

A maior parte dos descontos é "horizontal", vale para todo mundo. Logo, vai se fazer dívida, pagar mais juros etc. para, talvez, reduzir preços também para ricos.

O pacote inteiro de idiotice econômica perversa pode custar mais de R\$ 100 bilhões. O gasto neste ano com o Auxílio Brasil, que chega a mais de 50 milhões de pobres, deve ser de uns R\$ 89 bilhões. Faz sentido?

Os males vão além de mais inflação, juros, dívida, iniquidade ou desmoralização de regras econômicas e da Constituição. Bolsonaro ceva uma gente indizível no Congresso. Estabelece de vez a ideia de que o poder na Câmara e no Senado é uma carta de corso, autorização para o esbulho, para a demagogia sem freio, para a arruaça institucional e a reeleição. Arruinou de vez com o poder e a imagem da Presidência da República.

Como um governo sensato vai deter essa gente, essa matroca institucional? Arrombaram as porteiras, sem mata-burro ou mata-malandro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49816>

Camicase é a política do governo, diz senador

Matheus Teixeira

O autor da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Combustíveis, senador Carlos Fávaro (PSD-MT), rebateu nesta terça (8) as críticas do ministro Paulo Guedes (Economia) ao projeto e afirmou que "kamikaze é a política econômica" do governo federal.

A equipe econômica vem utilizando o termo "kamikaze" para se referir à PEC porque avalia que o texto poderia "pôr fogo na economia".

Ao conceder desoneração irrestrita de **tributos** e ainda criar e ampliar despesas, o impacto da PEC tende a ser superior a R\$ 100 bilhões, embora os cálculos exatos ainda estejam sendo refinados.

Fávaro discorda da avaliação e diz que não tem como encontrar soluções para baixar o preço dos combustíveis que não envolvam gasto de dinheiro por parte do Executivo.

"Precisa de medida compensatória para dar equilíbrio e para isso precisa de dinheiro, por isso sugeri o uso do dividendo da Petrobras da parte da União e os royalties da venda de poços de petróleo do pré-sal previstos para 2022", disse em entrevista.

Ele afirmou que Guedes "só pensa em pagar o serviço dos juros da dívida" e que não pensa na população.

"Ele nunca se preocupou com os mais humildes, ele não apresentou uma proposta que pudesse atender os mais humildes que voltaram a cozinhar com lenha. Ele não apresentou uma proposta de processo de controle racional de preços de combustível sem ferir o mercado", disse.

O senador Alexandre Silveira (PSD-MG), favorito para assumir a relatoria da matéria, também criticou a atuação do chefe da Economia e disse que ele é "inábil" e "promotor do dissenso".

Silveira disse que a tentativa de intitular a proposta com um nome pejorativo é um equívoco político.

"Faz uma peripécia para poder desviar o foco que é a fome e o país empobrecendo cada vez mais. Eu acho que ele é inábil. Ele é tão inábil que ele não constrói estabilidade", afirmou.

E completou: "Ao invés de construir convergências, busca dissenso".

O texto permite que União, estados e municípios reduzam **tributos** sobre os preços de diesel, biodiesel, gás e energia elétrica nos anos de 2022 e 2023, sem necessidade de compensação pela perda de receitas.

A proposta também autoriza a União a criar, em 2022 e 2023, um auxílio-diesel de até R\$ 1,2 mil por mês a caminhoneiros autônomos.

Outro dispositivo abre caminho à ampliação do auxílio-gás, hoje pago a 5,5 milhões de famílias em situação de extrema pobreza. Segundo o autor da PEC, o subsídio atualmente em 50% do valor do botijão poderia subir a 100%.

Dentro do governo, há defensores ainda da extensão do alcance do auxílio-gás a todas as 17,5 milhões de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil, programa social que substituiu o Bolsa Família -marca das gestões petistas.

O texto ainda autoriza o repasse de até R\$ 5 bilhões a prefeituras para subsidiar a gratuidade de idosos e evitar um tarifaço nas linhas de ônibus urbano em pleno ano eleitoral.

As despesas seriam realizadas fora do alcance do teto de gastos, a regra que limita as despesas à variação da **inflação** e é considerada hoje a âncora da política fiscal do governo.

A proposta é bem mais ampla do que a PEC da Câmara, que se restringe à desoneração de **tributos** sobre combustíveis. Mesmo assim, o impacto deste outro texto ficaria entre R\$ 54 bilhões e R\$ 75 bilhões, segundo cálculos internos do governo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

16

Após ata do BC, mercado já prevê Selic a 12,25% e fim de altas só em maio

EDUARDO RODRIGUES

O Banco Central indicou ontem, na ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada na semana passada, que o aumento da Selic será maior do que o esperado pelo mercado e que não deve terminar em março. O documento alertou ainda para o risco de uma alta ainda maior da **inflação** com projetos como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que desonera os combustíveis, em negociação entre governo e Congresso.

Na semana passada, o Copom elevou a Selic em 1,50 ponto porcentual, de 9,25% para 10,75% ao ano, a oitava alta seguida.

Na ocasião, o BC chegou a sinalizar uma redução do ritmo de aperto monetário no seu próximo encontro, em março.

No entanto, o tom mais duro da ata fez disparar uma corrida de revisões pelas instituições financeiras, com a estimativa feita pela maioria dos economistas de uma Selic subindo de 11,75% para 12,25% até maio, quando a perspectiva é de que haja o fim do ciclo de aperto monetário, segundo pesquisa do Projeções Broadcast.

EFEITO INVERSO. Na ata, o BC apontou, sem citar nenhuma iniciativa específica, que uma redução de **impostos** sobre combustíveis e energia pode ter efeito contrário ao desejado.

"O Comitê nota que, mesmo políticas fiscais que tenham efeitos baixistas sobre a **inflação** no curto prazo, podem causar (...) aumento das expectativas de **inflação**", destacou o BC no documento.

Hoje, existem em discussão três propostas para mudar a tributação dos combustíveis.

Uma do Senado, que, além de reduzir os **tributos** sobre combustíveis, cria um vale-diesel para caminhoneiros, dá subsídio para tarifas de ônibus e amplia o vale-gás. O impacto total, segundo integrantes da equipe econômica, supera R\$ 100 bilhões. Já o custo da proposta negociada na Câmara, que prevê a redução de **impostos** sobre combustíveis em 2022 e 2023, seria de R\$ 50 bilhões.

A equipe econômica defende só a desoneração sobre o diesel, com impacto entre R\$ 17 bilhões e R\$ 18 bilhões.

No documento, o BC afirmou ainda que a intenção do colegiado em reduzir o ritmo de ajuste monetário a partir de março não significa encerrar o ciclo de aumento de juros no próximo encontro. O BC citou, explicitamente, "ajustes adicionais", sem revelar, entretanto, a magnitude desses movimentos à frente, para lidar com as incertezas do cenário.

ESTIMATIVAS. Após a divulgação do documento, instituições financeiras como JPMorgan, Barclays e Itaú Unibanco revisaram suas projeções para a Selic no fim do ciclo de alta.

"A ata da última reunião do Copom indica que as autoridades vislumbram um ritmo mais lento de elevação da taxa Selic à frente, mas sem uma pausa iminente", avaliou o economistachefe do Itaú, Mario Mesquita, em relatório que comunicou a revisão da estimativa do banco, de 11,75% para 12,50%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Risco fiscal faz mercado subir previsão de juro

FERNANDA TRISOTTO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Devagar com o andor - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Retomo os temas da última coluna, que intitulei de tríade da desgovernança macroeconômica, começando pelo primeiro problema: a obsessão dogmática pela redução da razão entre a dívida pública e o **PIB**, e seu principal instrumento dos últimos tempos, o agonizante "teto de gastos".

O drama, aqui, é duplo. Primeiro, descobriu-se nos meios acadêmicos mais sofisticados dos Estados Unidos que lidam com macroeconomia, uma verdade simples. A razão entre a dívida e o **PIB** é alta, principalmente porque é uma fração que tem um estoque no numerador (dívida), que resulta da soma de todos os deficits acumulados ao longo de toda a história do país em causa, e um fluxo de um único ano no denominador que é o **PIB** mais recente. Cálculos feitos há pouco mostraram que se trabalhássemos com o conceito de VPR (Valor Presente Redescontado) dos **PIB** futuros, um estoque, uma razão dívida-**PIB** de 90% (com um estoque sobre outro) seria recalculada em 1,8%. Ou seja, não poderia ser chamada de desastrosa.

Sem levar esse ponto em conta, e para combater a alta dívida, a burocracia fazendária sugeriu às autoridades que estabelecessem um limite ao crescimento dos gastos federais igual à inflação decorrida, limitação essa que acabou sendo objeto de uma emenda constitucional. Algo que, pela alta rigidez da maior parte dos gastos, só poderia ser implementado por uma das duas vias (ou ambas) que se seguem: aumento da carga tributária e/ou corte de investimento.

Quem cogitar de aumento de impostos para fechar as contas será, no mínimo, apedrejado. Quanto ao corte de investimentos, está ficando cada vez mais óbvio que essa rota é mero sinônimo de jogar por terra qualquer chance de fazer com que a economia brasileira cresça minimamente.

Concluo tratando da decisão sobre a fixação da taxa Selic, a cargo do Banco Central (BC), que acaba de sair. A partir de 2%, no início de 2021, a Selic havia subido para 9,25% ao ano e, agora, chega a 10,75% a.a., um senhor aumento.

Existe, aparentemente, uma pressão inflacionária relevante em escala mundial, combinando tanto gargalos de oferta ligados ao arrefecimento da primeira fase da pandemia (que, nada obstante,

podem ser vistos como temporários), como pressões mais duradouras do lado da demanda agregada. O que se duvida é se, sobre essas condições, haverá mesmo justificativa teórica suficiente para acreditar que subir juros -mesmo na magnitude acima indicada - restringirá a demanda e, depois, domará a inflação.

Na falta de uma melhor especificação dos canais de transmissão desse processo do que a que existe hoje, alguns colegas que se dedicam ao assunto, como André Lara Resende, acham que não dá para responder afirmativamente a isso a priori (https://www.youtube.com/watch?v=IfB7W_JXoPwt=5149s). A reação do investimento privado (e depois a da inflação por suposto excesso de demanda) à subida dos juros tende a ser vista como fraca, e que aquela dependeria muito mais das expectativas empresariais do que dos juros em si. Da mesma forma, alguns detectam que é também baixo o impacto contracionista da subida dos juros sobre a demanda de consumo.

Alvo móvel

Nesses termos, sob a atual política, o BC parece atirar com todas as balas na direção de um alvo móvel difícil de atingir, sujeitando-nos a efeitos complicados que decorrem das crescentes taxas de juros que vêm sendo praticadas, criando, inclusive, a sensação de que a situação é até pior do que se imaginava (ou seja, adicionando expectativas ainda mais desfavoráveis do que anteriormente), pois como explicar as fortes subidas da Selic que vêm sendo praticadas?

Para piorar, deve-se falar particularmente na elevação dos elevados e inevitáveis custos que incidem sobre o serviço da dívida pública, que, ao fim e ao cabo, é de responsabilidade integral dos contribuintes. Supondo, então, um estoque da dívida pública federal medido em 80% do **PIB**, ao se aplicar uma Selic 10 pontos percentuais acima da que vigorava no início de 2021, chegar-se-á a um custo adicional de 8% do **PIB** a ser transferido para os seus detentores, algo que representa mais de três vezes a taxa de investimento público que vem sendo executada nos últimos anos, onde persistem carências gigantescas. E isso seria feito sem qualquer submissão do assunto aos poderes eleitos estabelecidos, onde, em contraste, um gasto com um novo programa de socorro aos afetados pela pandemia teve de ser aprovado no Congresso por meio de uma emenda constitucional.

No fundo, meu ponto é simples: se não há segurança, teoricamente, que subir os juros (decisão que é tomada por apenas um pequeno grupo de servidores) faz um efeito relevante sobre a inflação, e ao mesmo tempo causa um estrago enorme na dívida pública (valor adicional esse que poderia ter um efeito muito importante sobre a capacidade de produção e de crescimento do emprego se estivesse associado a outro tipo de gasto público - investimento em infraestrutura), pensaria duas vezes antes de tomar aquela decisão. É claro que para os que se sentam na cadeira do combate à inflação a pressão por solução é muito forte, e algo terá de ser feito. Mas devagar com o andor, que o santo é de barro.

Mais de um terço dos gastos da baixa renda vai para supermercado

Daniele Madureira

Mais de um terço (36%) do consumo das classes C e D se concentra em gastos com mercado. A segunda maior categoria da lista, restaurantes, responde por 11% do consumo. Com isso, quase metade dos gastos da base da pirâmide está vinculada à alimentação e, em menor escala, a itens de higiene pessoal e limpeza.

Os dados, levantados pela fintech Superdigital, do Santander, foram obtidos com exclusividade pela Folha. A pesquisa foi feita a partir do banco de dados da Superdigital, que abrange 700 mil usuários ativos em todo o país que fazem compras todos os meses com cartão de crédito ou débito. Essas pessoas estão empregadas em regime CLT ou são trabalhadores temporários.

Os resultados reforçam como a **inflação** dos alimentos está corroendo a renda dos mais pobres -em janeiro, o maior impacto do IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) veio do segmento de alimentação e bebidas (0,97%), que acelerou frente ao mês anterior (0,35%).

"Percebemos que as classes C e D estão mais receosas quanto a gastos", diz a CEO da Superdigital, Luciana Godoy. No Natal, por exemplo, as compras se concentraram nos últimos oito dias de dezembro.

"No Natal de 2020, por sua vez, essas compras haviam sido feitas entre novembro e dezembro, já aproveitando a primeira parcela do 13º salário", diz. Além disso, esse público consumiu 13% menos no último Natal em relação a dezembro de 2020.

Na opinião da executiva, o comportamento está relacionado à falta de confiança do consumidor em meio à crise sanitária, econômica e política. "As pessoas estão ressabiadas, com medo de comprar e se endividar. Esperam para saber se aquele gasto vai caber no bolso."

Em janeiro, segundo Luciana, houve um recuo importante nos gastos em relação a dezembro, maior do que um ano antes. "Mas ainda estamos apurando se essa queda está relacionada a uma redução dos gastos ou ao maior uso do Pix, que vem se tornando cada vez mais popular", diz a executiva, ao destacar

que a Superdigital não contabiliza os pagamentos eletrônicos instantâneos.

"Estes três primeiros meses são de muita cautela. O trabalho das classes C e D está muito atrelado ao presencial e o avanço da variante ômicron neste início de ano assustou", diz.

Ao mesmo tempo, a postergação ou cancelamento das festas de Carnaval nas grandes cidades compromete parte das expectativas de ganhos desses trabalhadores.

Outra mudança importante apontada pela pesquisa foi a busca das classes C e D por fazer compras presencialmente. A fatia de gastos realizados pela internet recuou de 17% em agosto para 13% em dezembro.

"Esse público circulou mais em dezembro, daí o aumento nos gastos com transporte, que apresentou a maior variação no mês -de 9%- em comparação a novembro", diz Luciana.

Os demais segmentos que mais cresceram em dezembro em relação ao mês anterior foram hotéis e motéis (8%), supermercados (8%), lojas de roupas (7%) e lojas de artigos diversos (5%).

No período, houve queda nos segmentos rede online (que envolve compras por aplicativos ou marketplaces, com recuo de 8% no período), companhias aéreas (-5%) e serviços (-3%).

Em relação às expectativas para 2022, Luciana acredita que o ano será turbulento por conta das eleições, que costumam minar a confiança de empresários e investidores.

"Mas ao mesmo tempo vemos o avanço da vacinação, o que é importante para garantir as atividades presenciais, e a manutenção do nível de contratação em algumas indústrias como a de construção civil, que são fatores positivos."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

16

Mais de um terço dos gastos das classes C e D são com supermercado

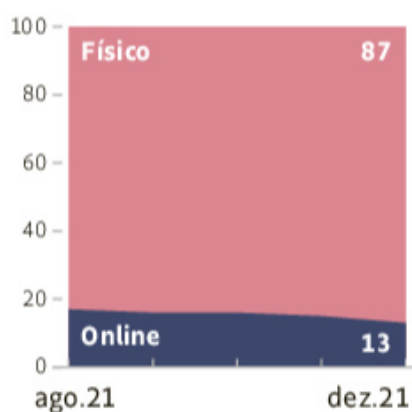
Levantamento da fintech Superdigital aponta os principais gastos com cartão

% dos gastos no mês, em 2021



Compras online versus compras físicas

Por total de transações, em %



Fonte: Superdigital/dezembro de 2021

Bradesco lucra R\$ 26,2 bi em 2021, alta de 35%

Lucas Bombana

O Bradesco registrou lucro líquido recorrente de R\$ 26,215 bilhões em 2021, recorde anual na história do banco fundado em 1943, segundo balanço divulgado nesta terça-feira (8).

"O balanço foi sólido e mostra nossa força comercial, especialmente nos canais digitais, que são cada vez mais preponderantes no balanço", afirmou o presidente executivo do Bradesco, Octavio de Lazari Jr., em nota.

"A economia se recuperou com o arrefecimento da pandemia e pudemos atuar com uma nova perspectiva de negócios."

Considerando apenas o quarto trimestre do ano passado, o lucro foi de R\$ 6,613 bilhões, o que representa uma queda de 2,8% na comparação com igual período do ano anterior, e de 2,3% ante o terceiro trimestre.

"No trimestre, houve manutenção do lucro em patamares elevados, com bom desempenho de todas as receitas, principalmente operações de seguros, absorvendo o aumento das despesas operacionais e custos com PDD [provisão para devedores duvidosos], em função do significativo crescimento da carteira de crédito e alteração do mix do portfólio, com destaque para as operações com pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas, segmentos que demandam por maiores provisões", diz o banco no balanço de resultados.

A carteira de crédito encerrou dezembro em R\$ 812,7 bilhões, um crescimento de 18,3% em 12 meses e de 5,1% no trimestre.

"Crescimento em praticamente todos os produtos (PF e PJ), com destaque para as operações de cartão de crédito, crédito pessoal e consignado, financiamento imobiliário, crédito rural, conta garantida e CDC, que cresceram dois dígitos", diz o banco.

Para 2022, o Bradesco divulgou uma projeção de crescimento da carteira de crédito entre 10% e 14%.

As operações de seguros, previdência e capitalização do Bradesco resultaram em lucro de R\$ 3,527 bilhões

no quarto trimestre, alta de 54,6% na comparação anual, e de 9,8% ante o trimestre imediatamente anterior. Em 2021, a operação gerou lucro de R\$ 11,451 bilhões, queda de 5,5%.

Já a taxa de inadimplência acima de 90 dias passou de 2,2% em dezembro de 2020, e de 2,6% em setembro de 2021, para 2,8% no final do ano passado.

As provisões para devedores duvidosos (PDD) atingiram R\$ 4,283 bilhões, o que corresponde a um aumento de 27,5% na comparação trimestral, mas queda de 6,2%, em bases anuais.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE), indicador que mede a rentabilidade da operação do banco, recuou para 17,5% em dezembro de 2021, ante 18,6% no final do terceiro trimestre, e 20% em igual período do ano anterior. No acumulado de 12 meses, o ROAE do Bradesco foi de 18,1%, ante 14,8%, em igual período de 2020.

Em relação ao cenário econômico, Lazari disse que 2021 foi caracterizado por mudanças bruscas ao longo do ano.

"Em janeiro, a previsão de **inflação** era de 3,3%, com uma Selic de 3%. A realidade foi uma **inflação** de dois dígitos e uma Selic de 9,25%", afirmou. "Depois surgiu a nova cepa do coronavírus, bastante contagiosa, mas a vacinação nos protegeu."

"Olhando pelo retrovisor, foi adequada a decisão de dobrar a aposta na transformação digital, no foco na experiência do cliente e no controle absoluto dos custos, ao mesmo tempo adotando uma forte política de provisões", disse o executivo.

Em 2021, os canais digitais foram responsáveis por 98% do total de transações realizadas pelos clientes do banco. A produção de crédito por meios digitais corresponde a cerca de 30% da carteira.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

16

O componente político da inflação (Editorial)

O arrocho financeiro, com juros altos, crédito apertado e entraves à atividade econômica, vai continuar até a **inflação** ceder e se firmarem as expectativas em relação às metas. Anunciado logo depois do aumento da taxa básica para 10,75%, esse compromisso de rigor foi reafirmado na ata da última reunião do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC). Os próximos ajustes poderão ser menores que o último, de 1,5 ponto porcentual, mas novas altas estão prometidas e a taxa poderá chegar a 12% neste semestre e declinar na segunda metade do ano. A tarefa de conduzir a **inflação** à meta deverá ser completada, segundo a ata, até o próximo ano.

Incertezas sobre o futuro das contas públicas afetam as expectativas de **inflação**. Atitudes e decisões do presidente da República, de sua equipe e de seus aliados podem gerar pessimismo quanto à evolução dos preços. Sem mencionar o presidente, o Palácio do Planalto ou qualquer outro edifício da Praça dos Três Poderes, a ata é muito clara, no entanto, ao indicar os componentes políticos da **inflação**, já mencionados em muitos outros documentos do Copom.

Para conferir esse ponto é preciso, no entanto, desbravar um denso emaranhado verbal: as contas públicas podem ter melhorado, mas "a incerteza em relação ao arcabouço fiscal segue mantendo elevado o risco de desancoragem das expectativas de **inflação** e, portanto, a assimetria altista no balanço e riscos". A referência ao "arcabouço fiscal" e ao risco de **inflação** fora do eixo aparece duas vezes na ata.

Na imprensa, no entanto, os mesmos indicadores de risco são visíveis todos os dias. Orçamento secreto, presidente submisso ao Centrão, transferência de poderes do Ministério da Economia para a Casa Civil, furos no teto de gastos, intervenções nos preços de combustíveis, programas improvisados e jogadas eleitorais compõem grande parte do noticiário de todos os dias. O palavrório da ata do Copom apenas traduz de forma complicada as barganhas, jogadas e distribuições de favores consumadas em Brasília, de forma continuada, com o dinheiro do contribuinte.

Nada mais fácil de entender, portanto, que a mistura de **inflação** elevada, juros altos, economia emperrada, amplo desemprego e enorme insegurança quanto à evolução das contas federais, da dívida pública e das condições de governança. O presidente Jair Bolsonaro

nunca se ocupou de governar e continua distante desse tipo de atividade. O ministro da Economia, Paulo Guedes, ensaia, ocasionalmente, alguma resistência aos desmandos mais evidentes.

Mas, além de se submeter aos desmandos, o ministro permanece no cargo e insiste em falar como se a economia nacional andasse muito bem, houvesse enorme oferta de empregos, a **inflação** brasileira fosse apenas um reflexo de um problema global, as contas públicas fossem sólidas. O fiasco das privatizações é por ele atribuído à resistência da oposição ou a uma poderosa parcela de congressistas fisiológicos. A vinculação de seu chefe com os grupos mais fisiológicos é sempre esquecida, naturalmente, em suas declarações.

Ao mencionar os problemas globais, o ministro da Economia geralmente omite alguns detalhes muito significativos, como a diferença entre a **inflação** brasileira e as de outros países capitalistas (em geral muito menores) e a distância entre o desemprego no Brasil e aquele observado na maior parte das economias emergentes e desenvolvidas.

Além de pouco se esforçar pela melhora do trabalho e da vida da maior parte dos brasileiros, o presidente, concentrado em objetivos pessoais, dificulta a gestão do setor público. As incertezas quanto ao "arcabouço fiscal", mencionadas na ata do Copom, são efeitos facilmente compreensíveis do comportamento presidencial e das falhas administrativas do Executivo (sem contar, é claro, a desastrosa atuação do Ministério da Saúde). Pode-se discutir se o custo econômico dos juros altos será compensado por uma vitória significativa sobre a **inflação**. Não há como duvidar, no entanto, dos fatores de preocupação citados na ata do Copom.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Natal: engenheira reforma casas de famílias pobres



'A educação e a sensação de ter um lar mudaram minha vida', diz ela

RICARDO ARAÚJO ESPECIAL PARA O ESTADO

Ao longo da maior parte da infância, Fernanda e os cinco irmãos não tinham uma referência de lar, apesar de viverem com os pais em uma casa no bairro do Alecrim, na zona leste de Natal. A casa na qual moravam era de taipa (uma espécie de gradeamento feito com cipós ou pedaços de madeira reaproveitada, preenchido com barro amassado) e tijolo branco, construção comum nas regiões mais pobres do Nordeste. A cada dia de chuva, uma aflição. Os buracos no telhado faziam chover dentro de casa. Por muitos anos, Fernanda escondeu o endereço dos amigos da escola. Sentia vergonha e se entristecia com frequência.

Somente após um dos tios questionar o motivo da tristeza, e realizar uma reforma na casa, a vida de Fernanda Silmara Silva dos Santos, hoje com 25 anos, mudou.

Inspirada no tio, ela passou a fazer reformas gratuitas em casas de famílias com histórias similares às dela e, desde 2018, já reformou 15 lares, melhorou a vida de dezenas de pessoas e inspirou tantas outras.

Filha de um padeiro e uma empregada doméstica, Fernanda é a única com formação superior: tecnóloga em construção de edifícios e engenheira civil. "Comecei a pensar em reformar casas quando ainda

fazia o curso de Construção de Edifícios.

Conversei com alguns amigos, nos juntamos e reformamos a primeira casa em 2018.

Foi difícil, pois as pessoas não acreditavam que faríamos o serviço de graça e a maioria sequer abria a porta da casa para ouvir nossa proposta", afirma. O serviço custou aproximadamente R\$ 1 mil e o custo foi dividido entre os cinco fundadores do que é hoje a ONG ReforAmar (@reforamar_). O primeiro passo havia sido dado e a ideia começou a crescer, agregando mais doadores e voluntários.

Uma das primeiras famílias contempladas foi a da autônoma Bruna Pereira, de 31 anos.

Há pouco mais de três anos, quando a vida dela parecia ter virado de ponta-cabeça em virtude do adoecimento da mãe, que tinha sofrido um AVC, e da necessidade de sair do emprego para cuidar dela, a visita inesperada dos voluntários da ONG foi uma grata surpresa.

"Fizeram a reforma da frente toda e pintaram até a sala. Eu não esperava, pois estava em um momento muito difícil.

Eles me deram esperança, esperança em um mundo melhor quando eu não tinha como comprar um saco de cal para pintar uma parede." Hoje, com 15 lares reformados, a ONG ReforAmar conta com 300 voluntários, entre pessoal de apoio administrativo, financeiro, assessoria de comunicação, pedreiros, eletricitas, serventes de obras, encanadores, gesseiros, marceneiros, engenheiros e arquitetos.

"A gratidão das famílias ao fim de cada reforma é o que motiva", relata Fernanda. Os desafios, porém, são muitos.

Nem todas as obras possuem um custo baixo e, somente em 2021, a **inflação** da construção civil fechou em 18,65%. A maior taxa em nove anos. Como a ONG ReforAmar depende de doações, os projetos para este ano ainda estão em análise. A expectativa é de que cinco imóveis sejam reformados, com tempo médio de obra estimado em dois meses.

VAQUINHA.

"Nossa primeira reforma foi simples. Mas saímos da pintura, do reboco, para a demolição quase total de um imóvel e a reforma de três casas ao mesmo tempo em um dos projetos que fizemos ano passado. Essas casas estavam com rachaduras, com buracos no telhado e com os banheiros que não tínhamos como aproveitar nada", afirma a engenheira civil. Essas reformas só foram viabilizadas pelo financiamento coletivo feito por meio de uma vaquinha virtual e da doação de material de construção por empresas do ramo que atuam no Rio Grande do Norte.

A velha casa de taipa com buracos no telhado ficou para trás. Hoje, ela carrega consigo o desejo de mudar mais moradias e vidas. "Tudo o que aconteceu comigo no passado me trouxe até aqui.

É minha missão, meu propósito.

Sou filha de um padeiro e de uma doméstica que sequer tinha expectativa de concluir uma faculdade. A educação e a sensação de ter um lar mudaram minha vida.

E eu quero mudar a vida de outras pessoas."

Como copiar

É possível colaborar e também indicar instituições

O trabalho da ONG ReforAmar, fundada pela engenheira civil Fernanda Silmara dos Santos Silva quando ela tinha 22 anos, hoje inspira outras pessoas ao redor do Brasil. A ONG surgiu da união de amigos em prol do bemestar dos mais carentes, com reforma de casas e instituições da sociedade civil em situação de vulnerabilidade social. Hoje, os lares escolhidos para serem reformados passam por uma seleção que envolve engenheiros, arquitetos, entre outros profissionais, por meio de indicações no site da instituição.

Para saber mais, se tornar um voluntário, indicar um lar ou instituição, acesse: <https://reforamar.org.br/>.

'A educação e a sensação de ter um lar mudaram minha vida', diz ela

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Contra a inflação, BC está a cada dia mais isolado

SERGIO VALE

Desde a quebra da regra do teto de gastos no ano passado, o Banco Central acertadamente começou a acelerar a alta de juros. Com os riscos advindos do descaso fiscal do governo, não restava para um BC isolado fazer o que tem feito.

Mas o governo insiste em abrir sua caixa de maldades às avessas com a recente discussão sobre a PEC dos Combustíveis.

A sinalização é clara de que o pouco que havia de preocupação fiscal foi-se embora, e cada vez mais isto acontece de mãos dadas entre o presidente e o Congresso.

Esperar algum alívio do Ministério da Economia não é possível depois da anuência do que aconteceu no ano passado. Ao sancionar a sanha eleitoral do presidente, Guedes entrou em uma nova armadilha da qual se mostra incapaz de sair, ou mesmo se deseja sair.

De qualquer maneira, o recado do BC é de preocupação com um governo emparedado eleitoralmente e que já deu sinais explícitos de que fará o que for possível para tentar agradar ao eleitor. Como tem sido nossa sina, o agrado de curto prazo tem vida curta e o BC sinaliza estar atento à continuidade dos desmandos fiscais que trarão consequências negativas certas.

Nosso dilema é que tais medidas são sinais do que será possível ver nos próximos anos. A atual discussão dos combustíveis seria alegremente encampada em uma eventual volta de Lula ao governo.

A tarefa do BC seguirá sendo árdua e, vê-se, cada vez mais isolada: neste governo com certeza, e com grandes chances de no próximo também, caso o cenário eleitoral não mude. Sendo isto verdade, não restará outra opção ao BC que continuar subindo os juros. A ata indicou, mesmo não explicitamente, que é provável que a Selic vá para mais de 12%.

Essa conta tem um peso grande nas costas do próprio governo, mas o aprendizado do que aconteceu no ano passado não ocorreu e, de forma realista, custo a acreditar que acontecerá tão cedo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Não olhe para cima (Artigo)

**SÉRGIOAVELLEDA COORDENADOR DO NÚCLEO DE
MOBILIDADE URBANA DO LABORATÓRIO
ARQ.FUTURO DE CIDADES, DO INSPER**

"O planeta vive uma emergência de escala global que atinge todos os seus habitantes, sem exceção.

Não me refiro à pandemia da covid-19.

O aumento na temperatura da Terra é um fato incontestável. A ciência também já logrou provar que a causa desse aquecimento é a atividade humana, especialmente a produção de gases que ocasionam a retenção de calor.

O setor de transportes é responsável por 24% das emissões de CO₂, o principal contribuinte para o aquecimento global. Para limitarmos esse aquecimento a 1,5 grau Celsius, é preciso cortar as emissões em 90% até 2050. Essa é uma tarefa de toda a humanidade, e não apenas de um grupo de países, de algumas indústrias ou de alguns cidadãos.

A tendência mundial tem sido promover a substituição dos veículos movidos a combustão interna para a eletricidade.

A indústria global tem oferecido, progressivamente, soluções cada vez mais confiáveis e com menor custo de investimentos. Os gastos operacionais dos veículos elétricos já são, significativamente, mais baratos do que aqueles que utilizam combustíveis fósseis.

REDESENHO URBANO A maneira mais eficiente de zerar as emissões no transporte é priorizar os deslocamentos a pé e em bicicleta. Para isso, o redesenho urbano, com a criação de múltiplas centralidades econômicas, reduzindo as distâncias entre as zonas residenciais e aquelas em que estão as ofertas de trabalho, é a forma radical de atacar esse problema.

Contudo, é preciso também eliminar as emissões do deslocamento motorizado e dar prioridade ao transporte público.

Aqui, na América Latina, dois países são exemplares na liderança continental, no que se refere à transição para uma mobilidade limpa no transporte público.

A capital do Chile, a belíssima Santiago, já adquiriu mais de 1.750 ônibus elétricos.

Bogotá, a também bela capital da Colômbia, comprou mais de 1.500 unidades elétricas.

O Brasil possui, atualmente, menos de 100 ônibus urbanos elétricos, a bateria, em um universo de mais de 100 mil veículos. Vale lembrar que o **PIB** do Chile representa 19% do brasileiro e o da Colômbia não chega a 24% da nossa riqueza. Está claro que não é o tamanho da economia de um país que determina a sua capacidade de cortar carbono do seu sistema de transporte.

Qual, então, é a diferença entre Chile e Colômbia e Brasil? Penso que é o nível de engajamento do governo nacional de cada um dos países.

Os projetos de eletrificação da frota de ônibus urbanos das duas nações aqui referidas foram liderados pelos governos nacionais. Cada qual a seu modo, mas tendo em comum a liderança, o compromisso, a elaboração de política pública, com começo, meio e fim.

MAIOR ENGAJAMENTO No Brasil, porém, sente-se falta da liderança do governo central na estratégia nacional de eliminação do carbono na mobilidade urbana. Nosso País tem capacidade econômica, tecnológica, industrial, além de mercado, para ser o líder, não continental, mas global, na aquisição e na produção de ônibus elétricos. Poderíamos não apenas já ter cidades mais limpas e sustentáveis mas também gerar emprego e renda com uma indústria capaz de abastecer o mercado interno e, ainda, se consolidar como plataforma exportadora, produzindo divisas e riqueza.

Até recentemente, o BNDES tinha uma linha de crédito para projetos de baixo carbono que era quase nada mais barata do que a existente para projetos convencionais, mas tinha exigências de garantias mais rigorosas e prazos menores de pagamento. Ou seja, uma linha para 'inglês' ver.

O regime fiscal dos ônibus e caminhões elétricos é idêntico ao dos veículos poluentes e, para carros leves - acredite se quiser -, paga-se mais imposto no elétrico do que no a combustão.

Aqui, ainda vendemos o obsoleto motor Euro V, abandonado há muito tempo no resto do mundo, especialmente nos países desenvolvidos. Sequer chegamos ao Euro VI, previsto para o ano que vem, mas com várias demandas de adiamento. E, pior, exportamos o Euro VI, mas não o adotamos aqui, no

mercado interno.

Enquanto isso, o professor Paulo Saldiva, do Laboratório de Cidades do Insper, constata que São Paulo perde 4 mil pessoas por ano em decorrência de doenças causadas pela poluição atmosférica.

É impossível não se sentir no filme Não Olhe para Cima. O cometa do aquecimento global está vindo em nossa direção, em alta velocidade. Ainda podemos desviá-lo. Mas é preciso liderança nacional para nos livrar de uma ameaça real, comprovada e catastrófica."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil corre risco de isolamento na OIT

Assis Moreira

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187136?page=14§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187136?page=14§ion=1

No NE, Bolsonaro tenta explicar uso de termo pejorativo

Matheus Schuch

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187136?page=14§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187136?page=14§ion=1